

Pedidos de medida protetiva cresceram 17,5% em SP

Tornozelamento de agressores possibilita proteção da mulher com medida protetiva

O Estado de São Paulo ampliou sua rede de proteção às mulheres vítimas de violência e registrou 118,6 mil pedidos de medida protetiva no ano de 2025, o que representou um aumento de 17,5% em relação a 2024. Com isso, o Governo de São Paulo amplia o acesso das vítimas a instrumentos previstos na Lei Maria da Penha.

Ao longo dos últimos anos, o Estado ampliou os canais para solicitação de medidas protetivas. Além de órgãos como Defensoria Pública, Ministério Público e outros do Judiciário, a mulher vítima de violência também pode acessar delegacias (físicas ou eletrônicas), além do aplicativo SP Mulher Segura.

A concessão dos pedidos é feita pelo Judiciário. Para recorrer de pedidos indeferidos e informar medidas descumpridas, a vítima deve buscar a Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

O Estado de São Paulo foi

pioneiro em utilizar tornozeleiras eletrônicas para monitorar agressores de mulheres que possuem medidas protetivas. Desde 2023, 120 homens monitorados foram presos pela Polícia de São Paulo ao violar a medida e tentar se aproximar das vítimas.

No mês da mulher da mulher, o Governo de São Paulo reforça esse e outros mecanismos da rede de proteção à mulher no estado.

As medidas protetivas de urgência são mecanismos previstos na Lei Maria da Penha para proteger mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Elas permitem que o Poder Judiciário determine providências imediatas para interromper a violência e evitar novos episódios, como o afastamento do agressor do lar, a proibição de contato e a suspensão do porte de armas.

Segundo a legislação, a própria mulher pode solicitar a medida protetiva, sem necessidade

de advogado. Uma vez concedida, o agressor fica proibido de aproximar-se da mulher, dos seus familiares e de testemunhas. A distância é de cerca de 200 a 300 metros e é determinada pelo Judiciário.

São Paulo conta com delegacias especializadas no atendimento a mulheres vítimas de violência. Desde 2023, essas unidades policiais cresceram 54% no estado, chegando a 142 Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs) e 170 Salas DDM. Clique aqui para conferir o mapa com todas as DDMs de São Paulo.

Pedidos de medida protetiva de urgência também podem ser feitos digitalmente pela própria vítima pela Delegacia Eletrônica.

Outra forma de solicitar medidas protetivas digitalmente, a qualquer hora do dia, é pelo aplicativo SP Mulher Segura. Atualmente, o aplicativo tem 45,7 mil usuárias. Uma das funcionalidades do SP Mulher Segura é o botão do

pânico para mulheres com medida protetiva, uma forma facilitada de acionar forças de segurança. Já houve 9,6 mil acionamentos com envio imediato de policiais por georreferenciamento.

Além disso, o aplicativo oferece uma camada extra de proteção para a mulher com medida protetiva. A localização do agressor tornozelado é cruzado com a localização da vítima. A depender da proximidade dos dois, o SP Mulher Segura emite um alerta para as forças policiais para o acionamento de viaturas.

Atualmente, há cerca de 391 monitorados com tornozeleiras eletrônicas, sendo 207 por violência doméstica. Desde a implantação da medida, em setembro de 2023, foram 120 prisões por descumprimento de determinações judiciais.

O estado dispõe de 1.250 tornozeleiras destinadas a casos de violência doméstica, com monitoramento 24 horas por dia,

em parceria com o Judiciário. Sempre que há violação da área delimitada pela decisão judicial, o Centro de Operação da Polícia Militar (Copom) aciona imediatamente a viatura e faz contato com a vítima.

O Governo de São Paulo também combate a violência contra a mulher com operações para a prisão de agressores. O número de prisões realizadas por Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs) em todo o estado de São Paulo aumentou 30,2% em 2025. O balanço da Secretaria da Segurança Pública aponta que foram registradas 14,2 mil detenções no último ano, frente a 10,9 mil em 2024.

SP Por Todas é um movimento promovido pelo Governo do Estado de São Paulo para ampliar a visibilidade das políticas públicas para mulheres, bem como a rede de proteção, acolhimento e autonomia profissional e financeira para elas.



Desde 2023, 120 homens monitorados por tornozeleiras foram presos pela Polícia de São Paulo

SP vai restaurar 17 imóveis tombados na região do Novo Centro Administrativo

Uma cidade que olha para o futuro e, ao mesmo tempo, valoriza sua história. Esse é o princípio que orienta a iniciativa do Governo de São Paulo para recuperar casarões e edifícios tombados nos Campos Elíseos, no centro da capital, como parte do projeto do Novo Centro Administrativo. O leilão da concessão ocorreu no dia 26 de fevereiro, na B3, em São Paulo, e foi arrematado pelo consórcio MEZ-RZK Novo Centro, que apresentou proposta de 9,62% de desconto sobre a contraprestação pública mensal máxima, fixada em R\$ 76,6 milhões.

Ao todo, serão restaurados 17 imóveis tombados, que hoje estão subutilizados ou degradados, garantindo sua preservação e destinando-os a novos usos sociais,

culturais e de apoio aos serviços públicos. A ação integra um conjunto mais amplo de requalificação urbana planejado para a região, que tem como foco reforçar a vitalidade do centro histórico, atrair circulação e ampliar a oferta de serviços à população.

A Agência SP realizou um levantamento e detalhou os 17 imóveis a serem restaurados no projeto do Novo Centro Administrativo. A lista de edifícios inclui tradicionais casarões, antigos equipamentos públicos e mais. Clique aqui para conferir a lista.

“Esse projeto vai muito além da racionalização administrativa. Estamos tratando de um novo olhar para o centro de São Paulo, que passa pela requalificação urbana com respeito à memória da cidade. Preservar



Edifícios históricos em Campos Elíseos serão restaurados

esses imóveis é preservar a identidade paulista”, afirma o secretário de Projetos Estratégicos (SPE), Guilherme Afif.

Com investimentos estima-

dos em R\$ 6 bilhões, o projeto elaborado pela Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI) inclui a construção do Novo Centro Administrativo, que reunirá

cerca de 22 mil servidores, hoje distribuídos em quase 40 endereços da capital. Além de modernizar a gestão pública e reduzir custos operacionais, o projeto tem como eixo central a preservação e valorização do patrimônio, seguindo diretrizes dos órgãos de proteção e promovendo o uso qualificado desses espaços.

Os imóveis que serão restaurados são, em sua maioria, antigas residências construídas entre o final do século XIX e início do século XX, muitas delas projetadas por nomes como o arquiteto Pedro de Mello e Souza. Os edifícios apresentam elementos típicos da arquitetura eclética e neoclássica da época, como alpendres laterais, recuos em todos os lados do terreno, terraços com balaustradas e uso de materiais nobres.